

Reflexões sobre a extensão universitária a partir da análise de ‘a transformação socialista do homem’ de Lev Vigotski

Arthur Fernandes dos Reis¹

Alexandre Eustáquio Teixeira²

RESUMO

O presente artigo aborda uma reflexão da extensão universitária com os princípios contidos na discussão de Lev Vigotski em “A Transformação Socialista do Homem” (1930). O texto irá ser analisado sob contextualização material frente à indissolubilidade das características da personalidade e a dialética da infra e superestrutura da realidade. Para conceber os pressupostos teóricos extensionistas, será traçado um breve percurso histórico que mantém em perspectiva suas influências constitutivas ao longo dos marcos legislativos contextuais e as potencialidades teóricas necessárias para analisar paralelamente às ideias Vigotskianas. Como fomento metodológico da discussão, sobretudo, foi realizada uma breve pesquisa documental, com o intuito de mapear as produções acerca do tema. Além disso, criou-se um quadro de proximidade teórica com categorias de análise próprias, que auxiliam na compreensão e na pesquisa de conteúdo dos conceitos abordados pelo autor que podem ser utilizados como forma de repensar a extensão universitária no país. No geral, os princípios de transformação social da extensão universitária e a discussão no texto de Vigotski, tencionam uma proximidade teórica entre a definição de Emancipação e Libertação. Entretanto, foi necessário refletir sobre estes dois conceitos mantendo em perspectiva a política e a ideologia como mediadoras de análise. Conclui-se com a constante necessidade de repensar, estudar e ampliar a discussão acerca da extensão universitária, essencialmente frente às contradições existentes em seus princípios, caso analisados sob perspectiva da teoria Marxista/Vigotskiana.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Lev Vigotski. Karl Marx.

Reflexiones sobre la extensión universitaria a partir del análisis de *la modificación socialista del hombre* de Lev Vigotski

¹ Graduando em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: arthureiscontato@gmail.com

² Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: aeteixeira@pucminas.br

RESUMEN

Este artículo aborda una reflexión sobre la extensión universitaria con los principios contenidos en la discusión de Lev Vygotsky en "La modificación socialista del hombre" (1930). El texto será analizado bajo la contextualización material en vista de la indisolubilidad de las características de la personalidad y la dialéctica de la infraestructura y superestructura de la realidad. Para concebir los presupuestos teóricos extensionistas se trazará un breve recorrido histórico que mantenga en perspectiva sus influencias constitutivas a lo largo de los marcos legislativos contextuales y las potencialidades teóricas necesarias para analizar en paralelo las ideas vygotkianas. Como fomento metodológico de la discusión, sobre todo, se realizó una breve investigación documental, con la intención de mapear las producciones sobre el tema. Además, se creó un marco de proximidad teórica con categorías de análisis propias, que ayudan a comprender e investigar el contenido de los conceptos abordados por el autor que pueden ser utilizados como forma de repensar la extensión universitaria en el país. En general, los principios de transformación social de la extensión universitaria y la discusión en el texto de Vygotsky, acentúan una proximidad teórica entre la definición de Emancipación y Liberación. Sin embargo, era necesario reflexionar sobre estos dos conceptos, manteniendo en perspectiva la política y la ideología como mediadores del análisis. Concluye con la necesidad constante de repensar, estudiar y ampliar la discusión sobre la extensión universitaria, esencialmente frente a las contradicciones existentes en sus principios, si se analiza desde la perspectiva de la teoría marxista/vygotkiana.

Palavras-chave: Extensión Universitaria. Lev Vygotsky. Karl Marx

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo visa refletir à luz das ideias contidas no texto “A Transformação Socialista do Homem³” de Vigotski (1930), sobre a concepção da extensão universitária no país, com a finalidade de ampliar sua discussão por meio de uma análise atrelada ao autor em questão. A extensão universitária é um dos três pilares acadêmicos e deve ser necessariamente indissociada do ensino e da pesquisa nas universidades. Historicamente seu desenvolvimento esteve atrelado a movimentos/lutas populares e é o princípio que submete, teoricamente, a academia aos interesses e demandas da sociedade brasileira; por este motivo, há uma certa

³ De acordo com as notas do texto publicado no Marxists Internet Archive (uma biblioteca pública totalmente voluntária e sem fins lucrativos), a tradução foi feita a partir da versão em língua inglesa por um tradutor voluntário que não possui vínculo no ramo de Letras. Entretanto, em uma conversa pessoal com Wagner Luiz Schmit Ishibashi, doutorando pela UNESP e estudioso das obras de Vigotski, obtive respaldo de boa confiabilidade do texto em relação ao original publicado em russo na revista Varnitso da Associação de Trabalhadores de Ciência e Técnica para o Avanço da Construção do Socialismo na União Soviética. Nesta mesma conversa, o pesquisador me elucidou que, no recente trabalho de Priscila Marques e Gisele Toassa “Psicologia Desenvolvimento Humano e Marxismo (2023)”, houve a tradução do texto para o português do Brasil partindo da publicação original em russo (capítulo 5 do livro em questão), onde foi intitulado como “O Refazimento Socialista do Ser Humano”.

disparidade evolutiva em relação às prioridades acadêmicas que visam repensá-la e analisá-la. Em vista disso, realizar essa reflexão por meio de Vigotski, psicólogo soviético fundador da teoria histórico cultural, revela o caráter exploratório da temática, posto que o autor é pouco trabalhado na extensão universitária uma vez que sua teoria abrange na maior parte das vezes o campo da psicologia. O texto escolhido, "A Transformação Socialista do Homem" (1930), provém de seu caráter reflexivo e militante em uma compreensão ampliada a respeito da educação e do desenvolvimento social, sendo este pautado na indissociabilidade entre a personalidade e a construção material-histórica da realidade. Para tal, foi necessário investigar as potenciais relações entre o texto e a extensão universitária brasileira contemporânea, relacionar a leitura dos conceitos da escrita de Vigotski com a extensão universitária, delimitar as categorias de análise que flexionam o texto com o substrato da extensão contemporânea a fim de nortear a discussão e elaborar um quadro de proximidade teórica entre ambos.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao abordar-se o dialogismo como parte fundamental da prática extensionista, faz-se necessário elucidar seu propósito e seu vínculo com outros fenômenos intrapsíquicos, tais como a dinâmica da nossa organização social e a constituição contextual da subjetividade. Vigotski (1930) traz esses apontamentos partindo da análise histórica-dialética da organização de trabalho de Marx e Engels e em como a infraestrutura e superestrutura existentes nessa configuração refletem na constituição subjetiva, cultural e social:

“O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende portanto das condições materiais de sua produção.” (ENGELS; MARX, 2001, p. 24)

Partindo desta citação, factualmente a partir do momento histórico que foi afastado do trabalhador o objeto que era fruto integral de seu ofício, em troca da fragmentação constante das atividades laborais imposta por um processo forçado pela burguesia industrial insurgente do processo revolucionário no final do século XVIII, em conformidade com o aparato de poder estatal, as potencialidades humanas gradualmente foram se esvaziando e se segmentando em unidades com vista à alienação do trabalho, ou seja, na distância do produto e do trabalhador. Isso manteve em perspectiva o fetiche da mercadoria e a permuta de valores que têm por base o deslocamento entre a forma indivíduo-trabalho para indivíduo-mercadoria (GARCIA e ROSSLER, 2020). Decorrente disto, ao antigo tecelão, por exemplo, restou um grande e

complexo sistema em que a sua única forma de sobrevivência dependia da monetarização da sua força de trabalho:

Marx enfatiza frequentemente o tema da corrupção da personalidade humana que é provocada pelo crescimento da sociedade capitalista industrial. Em um dos extremos da sociedade, a divisão entre o trabalho intelectual e o físico, a separação entre a cidade e o campo, a exploração cruel do trabalho da criança e da mulher, pobreza e a impossibilidade de um desenvolvimento livre e completo do pleno potencial humano, e no outro extremo, ócio e luxo; disso tudo resulta não só que o tipo humano originalmente único torna-se diferenciado e fragmentado em vários tipos nas diversas classes sociais que, por sua vez, permanecem em agudo contraste umas às outras, mas também na corrupção e distorção da personalidade humana e sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral em todas estas diferentes variantes do tipo humano. (VIGOTSKI, p. 3, 1930)

Essa exploração de uma classe pela outra, permitiu a dinâmica de segmentação da sociedade capitalista cuja ocupação do sujeito na cadeia produtiva seria determinante para sua posição frente ao coletivo, isto significa que há uma lacuna socioeconômico-cultural entre o burguês detentor da propriedade privada dos meios de produção e o sujeito que trabalha nestas propriedades. Em uma análise com base no cotidiano, o operário recebe um insumo monetário muitas vezes insuficiente para manutenção de suas necessidades básicas enquanto o dono da fábrica acumula recursos financeiros em valores exponencialmente maiores sem necessariamente participar da cadeia produtiva. Essa dinâmica de extração de valor só é possível pela exploração de uma classe pela outra por meio da mais-valia. Ricardo Antunes (2021) em uma fala apresentada na Aula Magna transmitida pelo canal do YouTube da FAPSI em 2021, descreve essa operação como “a conversão do valor do trabalho em não-valor que é uma forma oculta de gerar outro valor que é a riqueza e a mais valia”. (ANTUNES, 2021). Conforme a elucidação anterior, essa disparidade influencia na qualidade de acesso por exemplo, da alimentação, do lazer, da moradia, da saúde, da educação e no deslocamento de uma massa de proletários para a periferia da sociedade.

Ao conceber esse novo tipo de sujeito, fruto do processo histórico descrito, Vigotski por meio de Marx e Engels traz uma questão chave para a construção do raciocínio da formação psicológica contemporânea: a de separação entre faculdades mentais e físicas ou trabalho mental e físico ou exercício intelectual e operacional, que anteriormente eram tidos no mesmo processo de trabalho. Por fins pragmáticos, por ora serão utilizados os termos faculdade intelectual e faculdade prática; depreende-se de faculdade intelectual todo conhecimento, estratégia e saberes adquiridos em um dado ofício ao longo da sua produção de forma que o processo produtivo é incorporado e pode ser permutado de acordo com o domínio do

trabalhador. E de faculdade prática, a execução automática do trabalho pelo indivíduo, que é fruto do processo de alienação do trabalho, ou seja, que concebe o exercício intelectual da produção da fábrica como um todo e que acredita que esta operação é alheia a si (ENGELS apud VIGOTSKI, 1930). Essa cisão, sobretudo, tem sua gênese histórica na segmentação entre campo e cidade:

Já a primeira grande divisão do trabalho, a divisão entre a cidade e o campo, condenou a população rural a milênios de entorpecimento mental, e os moradores de cidade à escravização, cada um segundo seu trabalho particular. Destruíu a base para desenvolvimento espiritual do primeiro, e a do físico para o último. Se um camponês é o mestre de sua terra e o artesão de sua arte, então, em grau nada menor, a terra governa o camponês e a arte o artesão. A divisão do trabalho causou ao homem sua própria subdivisão. Todas as demais faculdades físicas e espirituais são sacrificadas a partir do momento que se desenvolve somente um tipo de atividade (ENGELS apud VIGOTSKI, p. 3, 1930)

De acordo com Marx (1890 p. 507 apud VIGOTSKI, p. 6 1930), essa questão está intrinsecamente relacionada na forma de organização da produção capitalista e não necessariamente na indústria de larga escala de produtividade. Por este motivo, é possível visualizar ainda hoje um grande número de trabalho humano segmentado e com essas características discutidas anteriormente ainda dissociadas. Entretanto, conforme a dialética histórica, essas observações não podem ser o prisma único para compreender as formas de trabalho nos dias atuais. O próprio autor salienta que aquela é uma descrição do desenvolvimento do capitalismo naquele momento, portanto cabe uma análise mais detalhada e exemplificada do atual estado do desenvolvimento das faculdades intelectuais e práticas em relação à subjetividade e às formas de produção, o que não é o objetivo deste artigo.

Com base nisso, Vigotski (1930), discorre metodologicamente para compreender e dissertar sobre como a evolução social da humanidade, indissociada do contexto material e dos processos de constituição individual, conceberiam um sujeito moderno íntegro de seu local histórico de sua produção e de suas responsabilidades sociais:

Como um indivíduo só existe como um ser social, como um membro de algum grupo social em cujo contexto ele segue a estrada do desenvolvimento histórico, a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento reveste-se de um caráter dependente da evolução social cujos aspectos principais são determinados pelo grupo. (VIGOTSKI, p. 2 1930)

Sua análise parte da exposição e contraposição da tradição etiológica da época em que postulava-se que o desenvolvimento do sujeito de vanguarda se dava por uma base a priori, fundamentada na fisiologia e nas ideias evolutivas Darwinianas. Essa tradição é superada por

meio da evolução histórica do sujeito que é, de forma geral, todo o laço contextual e cultural que influenciam na constituição subjetiva de um dado período histórico. Segundo o autor, esse não seria um processo espontâneo, por isso é inteiramente dependente de como é organizada a produção, a educação, as relações afetivas e coletivas, que atualmente seguem uma lógica neoliberal competitiva e individualista. No campo da educação, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, concebia o modelo de escola politécnica, onde era possível, ao mesmo tempo, a conscientização acerca do processo produtivo englobando seus aspectos políticos, coletivos, a junção do trabalho físico e intelectual junto da anulação do seu desenvolvimento dissociado:

"Uma escola politécnica pode ser distinguida de uma escola de comércio pelo fato de centrar-se na interpretação de processos de trabalho, no desenvolvimento da habilidade para unificar teoria e prática e na habilidade para entender a interdependência de certos fenômenos, enquanto em uma escola de comércio o centro de gravidade está em proporcionar para os alunos habilidades para o trabalho" (KRUPSKAYA apud VIGOTSKI, p. 8, 1930)

Esse modelo educativo só foi possível ser organizado devido ao projeto coletivo comum de construção de uma sociedade socialista, sem classes, sem divisão social e alienação do trabalho. Esse projeto suprimiu a tendência dicotômica entre a verticalização da academia - a qual concebia que o conhecimento era concentrado nestes espaços e que deveriam ser tratados por uma pequena elite intelectual - e a lógica de trabalho seccionado dos demais setores. Com base nisso, fica evidente para o autor que a educação representa potencialmente um dos principais instrumentos de emancipação.

Dentro do contexto educacional brasileiro, as universidades teoricamente assumem sua responsabilidade de transformação social por meio da extensão universitária. Por este motivo, também será discutido as concepções históricas da extensão no país e, posteriormente, seus paralelos com as ideias expostas até este ponto.

Para conceber a extensão universitária aos moldes atuais, foi necessário um percurso histórico permeado pela luta de classes e pela organização política da população, o que marcou sua longa marcha sinuosa. Sobre este processo, a fins práticos, pretende-se realizar uma breve exposição partindo dos anos iniciais do século XX até a aprovação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Como o objeto deste trabalho não contempla fundamentalmente a investigação histórica da extensão universitária, sobretudo até a primeira metade do século XX serão utilizados como base epistemológica para tal: O texto "A extensão universitária: história, conceito e propostas

(2013)” de João Antônio de Paula⁴, justificado pelo seu caráter abrangente em que incorpora a discussão contextualizada dos processos históricos da extensão no país e na América Latina. E o artigo “A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior (2018)” de Batista e Kerbauy⁵ para ampliar as informações contidas no primeiro.

Inicialmente o projeto pedagógico das primeiras universidades do Brasil refletiam um caráter tardio, precário e ingênuo frente a especificidade do contexto recém-abolicionista e republicano do país. A priori, conforme Paula (2013) esses locais transpunham modelos curriculares europeus, principalmente portugueses, convertidos de forma rasa e desatrelada às vulnerabilidades sociais presentes na época. Entretanto, ainda neste período haviam práticas embrionárias⁶ de extensão universitária em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que seguiam a lógica de entrega de informações às camadas populares e de propagação de serviços na área rural (PAULA, 2013, p.13). Apoiado nisso, em um contexto regional, enquanto as sociedades vizinhas debatiam as necessidades em prol da extensão e do ensino superior vinculado às demandas públicas e ao movimento de classes por meio por exemplo, da Reforma Universitária de Córdoba-Argentina em 1918⁷, o Brasil encontrava-se em processo de determinação de sua teoria extensionista e em como esta se agregaria aos problemas de sua constituição social, econômica e cultural diversa, colonizada e desigual.

Após esse período, Segundo Batista e Kerbauy (2018), a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o Período Vargas, representava a gênese do interesse discente na descentralização do poder político-institucional e na constituição do propósito das universidades brasileiras. Para ilustrar, o primeiro manifesto proposto pela UNE visava articular a democratização do ensino por meio da abertura das universidades e da educação voltada para os interesses da classe operária. Esse documento foi apresentado na segunda metade do século XX próximo ao 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária proposto pelo mesmo movimento; é possível equiparar ideologicamente esse manifesto ao de Córdoba pelos apontamentos e reivindicações próximas.

Em meio a essa movimentação popular sobre a definição dos princípios da extensão universitária no país, após discutir criticamente a história e posto da ação extensionista em sua obra “Extensão ou Comunicação” (1970), Freire visava o desmolde da prática que condicionava

⁴ Publicado na Revista Interfaces (revista da extensão universitária); o autor na época era pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG.

⁵ Publicado na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.

⁶ Realizadas antes do Decreto 19.851, de 11/4/1931, onde foi institucionalizada

⁷ Essa luta reivindicava, principalmente, a autonomia universitária, gratuidade do ensino, integração da universidade com movimentos sociais e com as necessidades locais (SERRANO et al, 2019)

o cidadão em uma relação objetual com seu contexto para uma ação que propiciava a ideia de um sujeito-crítico, tendo seu curso moldado por uma interface educativa que visava a análise crítica de sua condição intelectual, histórica, subjetiva e cultural desvinculada da pressão mecânica, alienante. Até então, a constituição epistemológica acerca da extensão apontava um movimento de vanguarda em relação a este pilar aos moldes atuais, todavia, por causa do Golpe Ditatorial em 1964, houveram retrocessos nestas construções e fragilização acerca da dialética demonstrada anteriormente por parte dos movimentos universitários e sociais. Neste momento, a extensão, especialmente na vigência do AI-5 em 1968 e do Decreto-Lei nº 477 de fevereiro de 1969⁸, passa a se vincular na maior parte das vezes com a entrega de conhecimentos e tecnologias em prol do crescimento econômico, mas, por outro lado, seus entes articulavam-se indiretamente frente às preocupações e reivindicações dos movimentos sociais (o corpo discente e docente esteve a frente na luta contra as repressões e contra o regresso dos direitos sociais básicos direcionados especialmente às camadas populares):

“Segmentos significativos da universidade brasileira estiveram entre as forças que mais prontamente buscaram resistir ao golpe e seus desdobramentos, seja por meio do movimento estudantil, seja pela ação de professores, que continuaram a exercer um magistério crítico.” (PAULA, 2013, p.18)

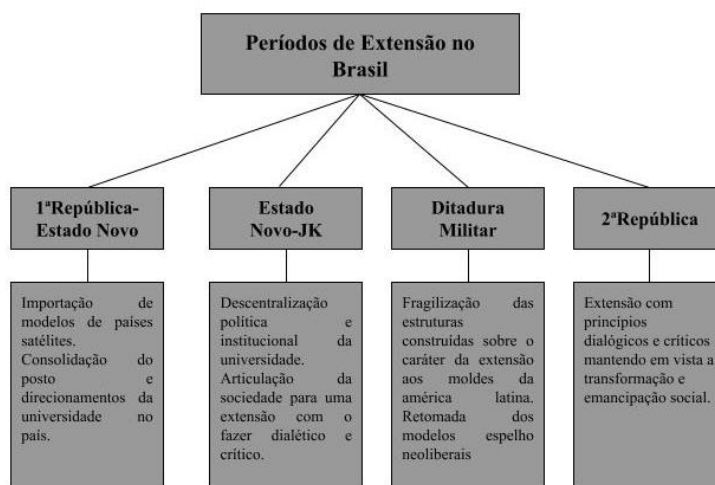
Após o período da Ditadura Militar, houve uma insurreição dessas discussões e movimentos realizados nas décadas anteriores, junto das novas manifestações advindas pelo curso dos desafios sociais e pela expansão da malha produtiva no país. Neste momento, segundo Paula (2013, p. 19), o Brasil se encontrava especificamente com três interfaces diante o ato extensionista: a primeira decorrente do desenvolvimento e requisições dos movimentos sócio-urbanos, rurais; a segunda integra a manifestação de uma nova subjetividade articulada à noção de direitos e ação cidadã; por fim, a terceira se relaciona ao vínculo produtivo do país diante seu desenvolvimento financeiro.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que visava discutir pautas com a finalidade de elaborar normas e concretizar a extensão como prática institucionalizada e indissociável partindo do ponto de vista gerencial e acadêmico nas universidades. A formulação do Plano Nacional de Extensão Universitária exposto em 1999, deu luz aos parâmetros e regulamentações

⁸ O Ato Institucional 5 foi responsável, sobretudo, por aumentar o poder político do executivo e o Decreto-Lei nº 477 impunha punições a professores e alunos e trabalhadores das universidades que fossem considerados transgressores do regime.

extraoficiais que são precursoras da atual versão da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) proposta pela FORPROEX.

Figura 1: Esquema dos períodos históricos da Extensão no Brasil.



Fonte: Dados do artigo

Por fim, em 18 de dezembro de 2018 foi publicada a resolução 7 pelo Conselho Nacional de Educação que define as diretrizes para a atividade extensionista, tais como “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade”, “a formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade” e “a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico” (CNE/CES, p. 2, 2018).

3- METODOLOGIA

Este trabalho foi feito com base em dois nichos gerais de construção epistemológica. O primeiro é atrelado à reflexão da configuração da extensão universitária brasileira nos dias atuais, mantendo em vista seu processo histórico, juntamente da reflexão de Vigotski em seu texto "A Transformação Socialista do Homem" (1930). O segundo consiste em atrelar à essa discussão, conjugações conceituais presentes no texto do autor que auxiliam a repensar materialmente uma outra forma de conceber esse pilar universitário.

Para construir metodologicamente o primeiro bloco, alicerçou-se a experiência profissional na Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) junto das vivências como monitor de disciplinas de Estágio

Obrigatório da Faculdade de Psicologia (FAPSI) que mantêm interface com a extensão universitária. Os conhecimentos descentralizados obtidos nestes espaços possibilitaram um cruzamento com os saberes já produzidos em relação ao tema. Essa forma de produção de sentido com base na inserção de configurações de saberes e relações sociais, de acordo com Spink, constituem representações que são formas de conhecimento prático voltadas para a compreensão do mundo e para comunicação (SPINK, p. 301. 1993). Além disso, houve uma breve pesquisa documental com intuito de mapear as produções a respeito da extensão universitária e da extensão universitária atrelada a Vigotski no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. As palavras chaves utilizadas na primeira busca foram: “Historia” e “Extensão Universitária Brasileira”, e na segunda: “Extensão Universitária Brasileira” e “Vigotski”⁹. No primeiro caso utilizou-se também o recorte de produções publicadas apenas nos últimos 5 anos devido ao volume de itens e interesse na discussão recente da temática.

Contudo, para fundamentar o segundo bloco manteve-se por base a leitura diacrônica¹⁰ e, partindo disto, foram realizados dois fichamentos do texto: um sustentado na leitura atual e contextualizada, o outro na leitura que manteve em perspectiva o contexto da época de sua produção. Esses fichamentos foram feitos com base no exposto por Lakatos (2021) e são responsáveis por auxiliar na manutenção da praticidade de manipulação dos elementos discutidos por Vigotski, o que permite maior organização e ordenação dessas compreensões com o intuito deste artigo.

4- DISCUSSÃO

Para realizar a discussão com base em princípios Vigotskianos, é necessário de antemão elucidar o conceito de extensão universitária abordado neste trabalho junto dos principais elementos que guiam a prática extensionista. A princípio, a extensão universitária foi conceituada de diferentes formas ao longo de sua incorporação na tríade. Josiane Krebs (2022) com vistas a esse cenário, realizou uma investigação com a finalidade de emergir quais foram essas definições e conclui que a atual sustentação da extensão universitária, no geral, parte de duas vias que mantêm sentidos dialéticos entre si. A primeira tem sustento jurídico/legal,

⁹ A grafia do nome variou diante do contexto e da pesquisa feita, onde a letra “I” é substituída pela letra “Y” com intuito de complementar a busca.

¹⁰ Neste caso, referido em seu sentido etimológico que indica um trabalho através do tempo, ou seja, há um esforço para manter o contexto de mundo na época da produção do texto.

começando pelo Estatuto das Universidades na Era Vargas, depois pela Constituição de 88 e por fim pela Resolução Nº 7 CNE/CES, 2018. Neste caso, sua definição segue o seguinte princípio:

“A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.” (KREBS, p. 4, 2022)

Todavia, é importante destacar que as duas primeiras legislações da extensão universitária (Estatuto das Universidades e Constituição de 88) se limitavam apenas à sua menção, não haviam dimensões práticas que impulsionavam seu papel na tríade das universidades; apenas no artigo quatro do capítulo um da resolução de 2018 que houve a regra da ‘curricularização’, que é um dos principais instrumentos de incorporação deste pilar na vivência universitária:

“Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.” (CNE/CES, p. 2 2018).

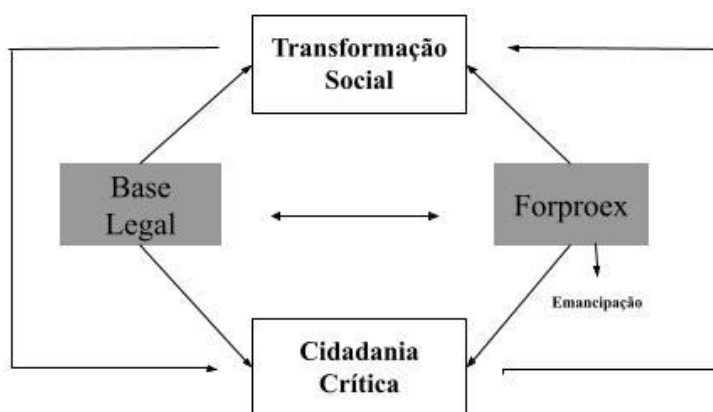
Dando sequência, a segunda via é resultante da organização de movimentos institucionais propostos para suprir o caráter vago das primeiras legislações, são eles o FORPROEX (atual responsável pela Rede Nacional de Extensão - RENEX- e Sistema Nacional de Informações de Extensão - SIEX/Brasil- além da elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária - PNEU-) e o FOREXT. Segundo Krebs, sua definição tem base nas ideias contidas no PNEU de 2012:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.” (KREBS, p. 4, 2022).

Mantendo isso em perspectiva, em ambos casos é possível mensurar os princípios norteadores da extensão que fazem jus ao compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES) e ao desenvolvimento social dos expoentes. O primeiro é a ação/interação

transformadora¹¹ que tem como pré-requisito o segundo, que é a formação e prática cidadã crítica com a realidade brasileira, especialmente sobre a produção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social em conformidade com a equidade (CNE/CES, p. 2 2018; FORPROEX, p. 6 , 2012). Ainda neste tema, parte das problemáticas sociais no país decorrem de um projeto político-ideológico que fomenta suas contradições - especialmente no campo de acumulação de riqueza - e não permite a proposição de soluções que mantêm, por exemplo, a equidade em perspectiva (SANTOS, 2020). É possível concluir, portanto, que o princípio extensionista de ‘formação e prática cidadã crítica’ intui também um ato político, pois é a partir desta disputa política que se torna possível a superação dos problemas sociais.

Figura 2: Princípios da Extensão Universitária com Base nos dois Modelos



Fonte: Dados do artigo

Sanado esse pressuposto conceitual, para refletir a extensão partindo do discutido por Vigotski é necessário um paralelo de sentidos entre as definições discutidas anteriormente e as presentes no texto do autor. Com base nas atribuições feitas nas seguintes categorias de análise:

1. Pressupostos teóricos

¹¹ Parágrafo terceiro do artigo cinco do capítulo um da Resolução Nº 7 (CNE/CES, p. 2, 2018) e página 28 da PNEU (FORPROEX, p. 28, 2012)

2. Conceitos teóricos
3. Potencial vínculo com a Extensão Universitária no país
4. Conflitos com a atual concepção de Extensão Universitária no país
5. Potenciais ressignificados de termos extensionistas em Vigotski.

Foi possível estabelecer duas concepções teóricas que intentam esta proximidade. A primeira é a definição de emancipação. Para Vigotski (1920), a emancipação representa um princípio básico para a evolução social da humanidade e é alcançada pela destruição das formas de produção capitalistas e todas as suas consequências para a personalidade humana, como, por exemplo, a contradição da separação entre as faculdades intelectuais e práticas:

“Mas a essência de toda esta discussão consiste no fato que esta dupla influência de fatores inerentes à indústria de grande escala sobre o desenvolvimento pessoal do homem, esta contradição interna do sistema capitalista, não pode ser solucionada sem a destruição do sistema capitalista de organização industrial. Neste sentido, a contradição parcial que nós já mencionamos, entre o poder crescente do homem e sua degradação que paralelamente aprofunda-se, entre seu crescente domínio sobre a natureza, e sua liberdade por um lado, e a sua escravidão e dependência crescentes das coisas produzidas por ele mesmo, no outro—nós desejamos reiterar que esta contradição representa só uma parte de uma contradição muito mais geral e totalizadora que subjaz ao sistema capitalista tomado como um todo.” (VIGOTSKI, p. 4 1930)

Neste princípio, não basta uma luta individualizada visto que é necessário a organização para emancipar toda a classe trabalhadora (que é explorada através da mais-valia) e não somente um grupo, ou seja é uma via coletivizada que necessita de dimensão prática¹² que parte do pressuposto ideológico de uma academia e de uma extensão universitária não submissa à manutenção do capitalismo.

Ainda nesse tópico, é importante diferenciar que a emancipação (atrelada à perspectiva de transformação social) como fundamento extensionista da academia brasileira volta-se, muitas vezes, para a mitigação de problemáticas sociais determinadas pela infraestrutura, em outros termos, da forma com a qual é concebido o modo de produção capitalista e que a ele estão profundamente atreladas. Desta forma há um esforço para transformação social, mas este não atinge profundamente a raiz dos problemas brasileiros. Caso essa mesma questão seja analisada partindo da perspectiva emancipatória Vigotskiana, será possível identificar uma contradição: não é possível fomentar a emancipação por via da extensão universitária brasileira

¹² Por maiores que sejam as influências contextuais e teóricas leninianas sobre o autor (SOUZA, 2020), o texto de Vigotski não menciona a via de organização política que possibilita tal prática.

contemporânea, se as universidades repousarem em condições que permitam a manutenção do status quo das relações dialéticas entre infraestrutura (relações de produção capitalistas) e superestrutura (realidade material) atuais.

Retomando, a segunda concepção teórica é o princípio da libertação. Na maioria das bibliografias analisadas, essa ideia é concebida de forma vaga, não há resposta clara para as seguintes questões: 'Qual libertação? para quem? como?'. A libertação na perspectiva do autor se dá na percepção das determinações, ou seja, no momento em que o sujeito passa a compreender a realidade complexa de decisões e de ideologias que o limitam a conceber a dinâmica social, política e ideológica por trás de sua historicidade. Certamente, repensar essa ideia paralelamente com a dimensão libertadora que dá suporte a prática da extensão universitária atual, novamente implica as mesmas questões discutidas anteriormente na 'emancipação': aproximar o caráter transformador da educação e as potencialidades de eliminação das limitações do arranjo produtivo por via de 'uma transição para uma nova ordem social e uma nova forma de organização das relações sociais' (VIGOTSKI, p. 4 1930).

Por outro lado, apesar do autor apresentar uma relação categórica com as características libertadoras, Serrano et al (2019), por exemplo, trata desta perspectiva no domínio da emancipação:

“A emancipação se dá na medida em que há a compreensão do contexto concreto onde o indivíduo está inserido, o movimento histórico que deu origem ao processo, as forças políticas que o envolve, e o papel do sujeito a se emancipar diante dessa realidade.” (SERRANO et al, p. 205, 2019)

Essa definição de emancipação tem proximidade com o sentido de libertação para Vigotski, todavia, a emancipação para o autor tem necessariamente uma perspectiva prática ideológica e necessariamente coletivizada, portanto cabe à libertação os pressupostos pouco mais particulares dos sujeitos, como é o caso da historicidade subjetiva.

Assim sendo, é possível a inserção teórica do autor nas formas de conceber a extensão nas universidades brasileiras desde que não haja um cruzamento raso ou irrefletido destes sentidos, em outros termos, que ocorra uma transposição desarticulada ou descontextualizada. Todavia, é importante destacar que há vários pressupostos teóricos na teoria de Vigotski que partem da análise do materialismo histórico-dialético em Marx, Engels ou no próprio autor, por isso também é importante considerá-los no esforço de reexaminar os princípios extensionistas.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o texto “A Transformação Socialista do Homem” revela uma preocupação com o cerne das causas da corrupção da personalidade humana, partindo de uma análise histórica sobre as influências da infraestrutura nessa problemática, visto que as contradições presentes nas realidades políticas, ideológicas, econômicas, culturais e sociais do país (superestrutura) têm respaldo relativo a configuração de produção (infraestrutura) hegemônica. De acordo com Vigotski, um rompimento com essas forças acarreta na libertação da personalidade humana de características contextuais que restringem seu desenvolvimento, no avanço produtivo sem a dualidade física e mental e na mudança na forma com a qual são concebidas as relações interpessoais. Tal processo tange a disputa política, por este motivo, não é possível refletir esses princípios paralelamente sobre a extensão caso esta não se assuma como instrumento político/ideológico ativo com as causas da classe trabalhadora, principalmente numa perspectiva de luta de classes no âmbito acadêmico e social.

Entretanto, fomentar essa mudança não implica a anulação por completo das adversidades da realidade brasileira por dois motivos. O primeiro parte do próprio pressuposto de Vigotski de que a libertação e a emancipação necessitam de uma consciência coletivizada e o segundo encontra-se no erro de depositar o papel de disputa política unicamente na extensão por causa de seu compromisso social, em vez de torná-la apenas mais um dos vários locais de tal disputa:

“Não se pode dar a universidade ou a extensão universitária o caráter messiânico, o papel redentor de todos os problemas da sociedade; não é esta a função social da universidade [...]. Entretanto, em razão de sua função social, a universidade não pode se distanciar dos problemas e das formas de enfrentamento para resolvê-los.”
(SERRANO et al, p. 204, 2019)

Ainda, posto que idealmente os princípios extensionistas trabalhem em um prisma vanguardista, a junção do conhecimento intelectual e físico, muitas vezes é centrado na universidade e a prática de extensão ocorre de forma desagregada do dialogismo e dos saberes populares. Por este motivo, seu papel necessita ser repensado e bem delimitado para possibilitar uma práxis que consiga penetrar profundamente os dilemas sociais e os compromissos acadêmicos. Boaventura Santos, por exemplo, traz essa reflexão no campo da emancipação social. Para o autor é necessário uma constante reinvenção deste conceito, que é atrelado às características extensionistas, devido as crises teóricas e mudanças contextuais que podem anular o efeito de sua definição (SANTOS apud SERRANO et al, p. 203, 2019).

Para terminar, ao longo do texto foi possível delimitar sob ótica marxista, uma contradição essencial no compromisso social das universidades por meio da extensão, que é a transformação social. Por este motivo, é necessário o esforço acadêmico e popular de repensar e refazer os princípios extensionistas sob outras perspectivas para que haja meios com os quais sejam possíveis conceber novas formas de práticas e de significados frente aos seus propósitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. YouTube: Faculdade de Psicologia da PUC Minas, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0dMslW7oCZY>>. Acesso em: 4 maio, 2023.

BATISTA, Z; KERBAUY, M. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 916–930, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.11178. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178>. Acesso em: 8 maio. 2023.

BRASIL, Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 de junho, 2023.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 10 maio, 2023.

GARCIA, I.; ROSSLER, J. Os impactos da alienação do trabalho sobre o reflexo psíquico consciente. Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade v. 2 n. 1.

Disponível em: <https://www.revistashc.org/index.php/shc/article/view/42>. Acesso em: 02 de Junho de 2023.

KREBS, J.. Extensão universitária no Brasil: conceitos, políticas e contradições. +E: Revista de Extensión Universitaria. 2022, 12(17). ISSN: 2346-9986. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/278/2783551004/>. Acesso em: 15 de Junho de 2023.

LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 4 junho de 2023.

SANTOS, B. A cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SERRANO, R; MENESES, L; ALVARENGA, J; SOARES, V. A Extensão Universitária Brasileira: olhares sobre sua história. Saúde em Redes, v. 5, n. 3, p. 193-206, 2019. DOI: 10.18310/2446-4813.2019v5n3p193-206 Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2768>. Acesso em: 16 de junho, 2023.

SOUZA, J. Lenin em Vigostki: do espontaneísmo inconsciente ao desenvolvimento da consciência. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 322–334, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i2.37643. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/37643>. Acesso em: 3 julho 2023.

SPINK, M. J. P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial, Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>. Acesso em: 26 maio 2023.

VIGOTSKI, L. A Transformação Socialista do Homem, 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. Acesso em: 3 abril, 2023.